

JULHO 2024 - EDIÇÃO 11

O Dialogista

O jornal das Unidades Residenciais da Associação do Porto de Paralisia Cerebral

Mobilidade

Oportunidades

Democracia



APPC



odialogista@appc.pt

**NESTA EDIÇÃO
OS DIALOGISTAS
APRESENTAM:**

- . Editorial**
- . 50 anos APPC - Entrevista ao Presidente da Direção, Abílio Cunha**
- . 50 anos. O que posso dizer sobre isso?**
- . Uma casa feliz!**
- . A união Europeia foi a votos**
- . Liberdade, empregabilidade e deficiência.**
- . Acessibilidades: Vamos incluir todos?**
- . A Democracia e a Liberdade completam-se entre si?**
- . Erosão da costa portuguesa: Um problema ignorado**

“Continuaremos a escrever para que conheçam a nossa voz!”

Editorial

odialogista@appc.pt

A edição número 11 de “O Dialogista” encontra-se repleta de textos democráticos e livres – nos quais os seus intervenientes colocam o dedo na ferida e expõem, de forma honesta e crua, aquilo que os indigna. Mas também o que os move e tudo o que os leva a acreditar. Como por exemplo numa reflexão sobre as eleições para a União europeia... Ou num artigo sobre democracia e liberdade...

E, já o saberão, este ano a Associação do Porto de Paralisia Cerebral comemora meio século de existência. Foi a 3 de junho de 1974.

50 anos:

*Objetivos alcançados, obstáculos superados, sabedoria acumulada e tantos projetos e metas para abraçar.
Numa trajetória, onde as pessoas ocupam o primeiro lugar!
No equilíbrio entre os sonhos e riscos, desejos e esperanças, memória e futuro, alegria e desgaste, juventude e envelhecimento.
No compromisso pelo reconhecimento, representatividade e respeito pelas singularidades de cada pessoa, em qualquer idade...*

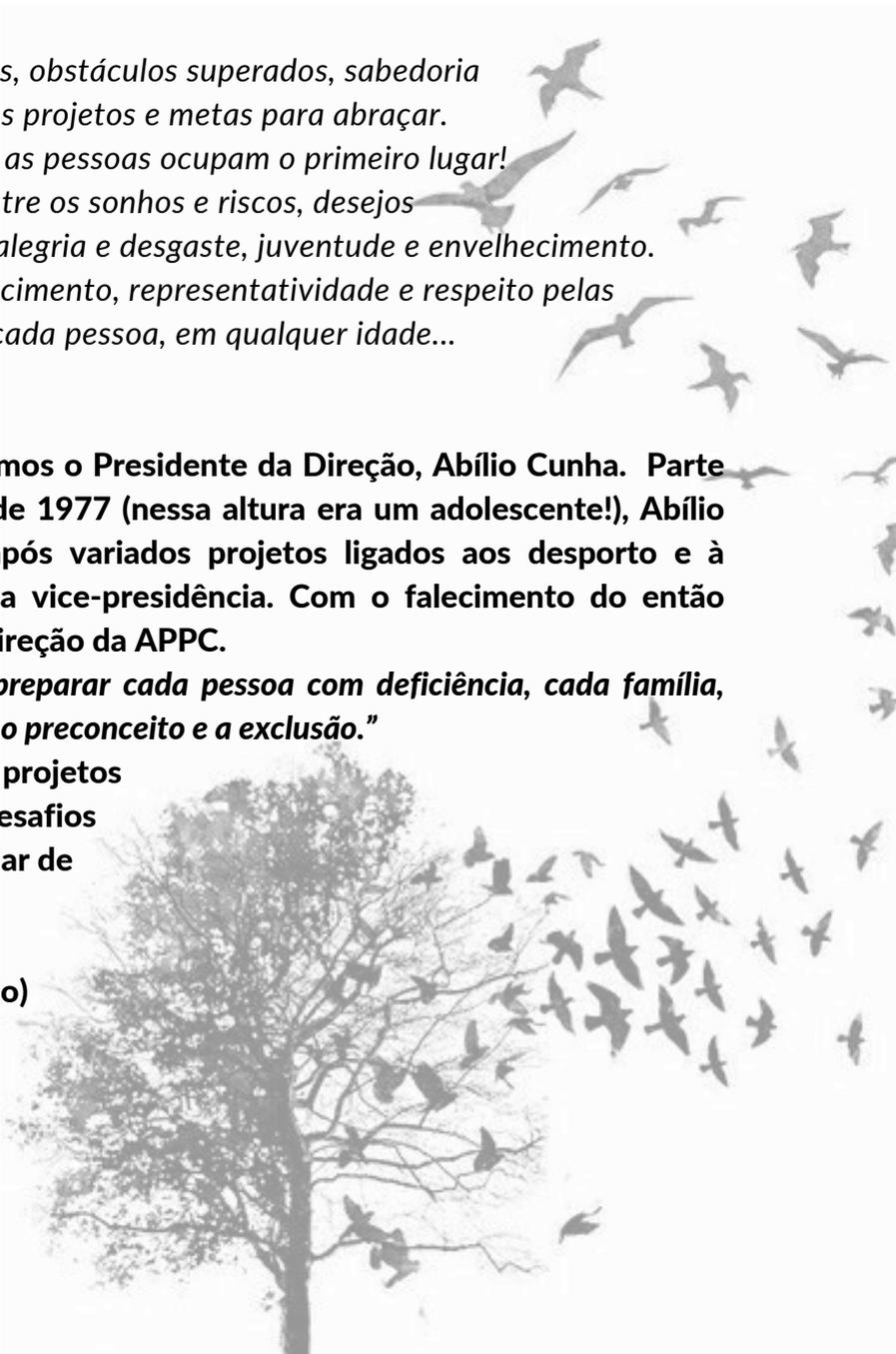
Para assinalarmos a data, entrevistamos o Presidente da Direção, Abílio Cunha. Parte Integrante da história da APPC desde 1977 (nessa altura era um adolescente!), Abílio Cunha em finais dos anos 90 (e após variados projetos ligados aos desporto e à empregabilidade) assume a pasta da vice-presidência. Com o falecimento do então Presidente, Pinto Viana, assume a Direção da APPC.

Abílio Cunha sustenta ser “*preciso preparar cada pessoa com deficiência, cada família, cada profissional para esta luta contra o preconceito e a exclusão.*”

Venha conhecer as suas motivações, projetos futuros e forma com que encara os desafios na gestão de uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS).

O direito às acessibilidades (à inclusão) é para todos? Claro!
Mas será que é sempre assim?
Mostramos que não...

Esta é uma edição que tem MESMO que ler, partilhar e divulgar!
Boas Leituras!



50 anos da APPC

Entrevista ao Presidente da Direção - Abílio Cunha

por: António Gaspar, António Magalhães, Patrícia Vitorino e Rui Reisinho

Quando se tornou presidente da APPC?

Assumi o cargo de Presidente da Direção em 2008 devido ao trágico e inesperado falecimento do Pinto Viana, homem que tive o privilégio de conhecer por volta de 1977. Recordo-me, num dos primeiros encontros que tive com ele, de uma frase sua que ainda hoje está presente na minha memória: "Precisamos de ti e das pessoas com paralisia cerebral para gerir o futuro da APPC, uma vez que vocês são aqueles que conseguem defender as outras pessoas com paralisia cerebral!". A partir dessa data foram muitas noites e fins de semana a colaborar com um grupo de pais, de pessoas com paralisia cerebral e de técnicos, pois a APPC, como outras associações, tinha acabado de nascer e foi um período político muito rico, por vezes atribulado, na conquista das primeiras reivindicações do movimento associativo das pessoas com deficiência. A ONU reconheceu o ano de 1981 como o Ano Internacional da Pessoa Deficiente, cujo principal impacto foi a aprovação, na sua Assembleia Geral realizada a 3 de dezembro de 1982, do Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiências. Nessa data já fazia parte da Direção da APPC, então Núcleo Regional do Norte. Por volta de 1983 abracei outro projeto de desporto, o que me levou a algum afastamento da vida da APPC. Em 1984, com enorme orgulho, integrei a primeira comitiva de Portugal que participou nos primeiros Jogos Paralímpicos. Durante uma década colaborei na criação da secção do desporto adaptado do Boavista F. C. e, mais tarde, do F. C. do Porto, tendo participado em provas nacionais e internacionais.



Em meados dos anos 90 regressei à APPC e colaborei na criação do Grupo de Jovens com inúmeras atividades, sempre com o foco na autodeterminação das pessoas com deficiência. No final do século passado volto a integrar a Direção e na triste ocasião do falecimento do Pinto Viana era o Vice-Presidente da Direção. Por isso, por inerência, assumi o cargo.



Como começou o seu percurso profissional na APPC?

A minha família de origem regressou de Angola nos finais de 1975 e, face às dificuldades da altura, abrimos um negócio familiar no qual toda a família começou a trabalhar. Em 2001 o negócio prosperava. Mas foi nessa altura que decidi sair da empresa e aceitar o desafio do Pinto Viana e do Joaquim Alvarelhão para ser responsável da Empresa de Inserção da APPC (chamada Cor D'Água), projeto financiado pelo IEFP com o objetivo de integrar pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Cada pessoa traz a sua identidade aos projetos que assume, como foi o início deste desafio. Após o falecimento de Pinto Viana, tornar-se presidente foi uma escolha?

Na altura que o Pinto Viana faleceu eu era Vice-Presidente. Foi uma morte súbita e apanhou-nos a todos desprevenidos, com um grande sentimento de vazio e de perplexidade. Por inerência do cargo que ocupava foi-me proposto assumir a Presidência da Direção. Apesar de o Pinto Viana sempre ter apostado nas pessoas com paralisia cerebral para assumir este cargo (e em mim muito em particular!), estando-lhe eternamente grato, nunca tal foi uma ambição. Confesso, que no início não foi fácil dada a dimensão, já na altura, da APPC. Sendo o primeiro Presidente (com paralisia cerebral) de uma Associação de Paralisia Cerebral houve algumas dúvidas e, até, resistência de umas quantas pessoas. Desde então comeci a inteirar-me de todos os dossiers e a rodear-me de pessoas, que acreditavam no projeto. E serei sempre eternamente grato a todos e a todas que contribuíram e contribuem para a grandeza da APPC.

“Assumir a Presidência da Direção nunca foi uma ambição.”

O Pinto Viana continua a ser uma inspiração?

As instituições como a APPC não devem renegar aqueles ou aquelas que, no passado, foram cruciais para a sua fundação e desenvolvimento. Pinto Viana deixou um legado com uma “fasquia” muito alta, algo que nos exige diariamente a responsabilidade de alicerçar a nossa função baseada na criação de novas respostas, sempre acautelando a sustentabilidade das mesmas. Ao Pinto Viana (pela sua importância extremamente relevante) e a todos que ao longo dos anos o acompanharam neste projeto da APPC, fica a minha eterna gratidão pelo empenho e dedicação a esta causa.



A APPC faz 50 anos e 50 anos tornam uma associação muito sólida. Que balanço faz? Perspetivas para o futuro?

Desde a sua fundação e ao longo destes 50 anos a robustez da APPC deve-se a todos aqueles que ao logo deste período abraçaram e se identificaram com a associação. E hoje a sua solidez manifesta-se através dos valores e missão.

Na sua opinião o que é que deve mudar na gestão das IPSS em Portugal?

Será sempre difícil um planeamento e uma estratégia de médio e longo prazo, na robustez das respostas já existentes e de novas respostas necessárias para fazer face às exigências do presente e do futuro uma vez que o financiamento, maioritariamente, é proveniente da Segurança Social, entidade que insuficientemente reconhece o trabalho desenvolvido pelas IPSS. Sem esta perspetiva a médio e a longo prazo (da entidade financiadora) não é possível uma gestão inovadora nem espaço para grandes projetos. Este condicionalismo é limitador e hoje é necessário cada vez mais garantir a sustentabilidade institucional, no presente e no futuro, para honrarmos os nossos compromissos com os/as colaboradores/as, sem cuja dedicação e profissionalismo a APPC não seria o que é hoje.



“Garantir a sustentabilidade institucional, no presente e no futuro, para honrarmos os nossos compromissos com os/as colaboradores/as, sem cuja dedicação e profissionalismo, a APPC não seria o que é hoje.”

Sabemos que estão para breve as eleições para uma nova Direção e que liderar pessoas é um desafio diário. Quais serão, no seu entender, os maiores desafios que a possível nova Direção irá encontrar?

Sim... Liderar pessoas é um desafio diário mas gratificante, sobretudo quando existe um real sentimento de pertença. Naturalmente que haverá novos desafios no futuro para corresponder às necessidades e expectativas das pessoas que acompanhamos. No entanto, considero que um dos desafios mais permanente e contínuo é, certamente, o financiamento e a sustentabilidade. A ausência de outros financiadores e uma dependência significativa da Segurança Social obriga a próxima Direção (qualquer que seja!) a manter uma gestão rigorosa e realista.

Como vê a paralisia cerebral em Portugal? Que perspetivas há para os adultos com paralisia cerebral? Muito foi feito, mas ainda muito falta fazer...

A paralisia cerebral, dada a sua heterogeneidade, obriga a uma intervenção profissional personalizada, o que requer aos profissionais uma necessidade constante de formação e alguma criatividade nas respostas. Estimando-se que em Portugal existem vinte mil pessoas com paralisia cerebral, dificilmente este grupo conseguirá ter um lobby forte, capaz de ter poder negocial com o poder político.



Relativamente aos adultos, será necessário reforçar a qualidade dos serviços existentes e perspetivar novas respostas, considerando os interesses de cada um e as novas exigências sociais. Outro grande desafio, será fortalecer as respostas à primeira e segunda infância, para que as crianças com paralisia cerebral tenham precocemente as ferramentas necessárias para o sucesso no ensino e na vida, devolvendo-lhes o poder da preparação e da informação perante as barreiras físicas e de atitudes. O preconceito está sempre presente e temo que até esteja a crescer na sociedade. É preciso preparar cada pessoa com deficiência, cada família, cada profissional para esta luta contra o preconceito e a exclusão.

Quais são os seus planos futuros?

Não tenho nenhum plano em concreto, mas tenho inúmeros projetos em mente. No entanto só me dedicarei a eles quando deixar a APPC.

50 Anos... O que posso dizer sobre isso?

por: Isabel Vigário

Como cliente e pessoa à procura de emprego (de preferência estável sem ser só estágios, formações e afins, que contribuíram para a minha formação e experiência profissional, mas precisava de mais) a APPC teve uma grande importância e contributo através do que, na minha altura, se chamava “Espaço Emprego” com a Dra. Zélia Marcos e o Dr. Nuno Sousa, que me ajudaram na procura do mesmo [emprego].

Para além disso frequentei os Grupos de Ajuda Mútua com a saudosa e querida Dra. Diana Brandão, que me auxiliou a comunicar e a interagir em grupo ultrapassando esta fase um pouco complicada de incerteza no futuro. E foi bem divertida a ida do nosso grupo a Aveiro onde tentei fazer surf, andei a cavalo e fiz canoagem.

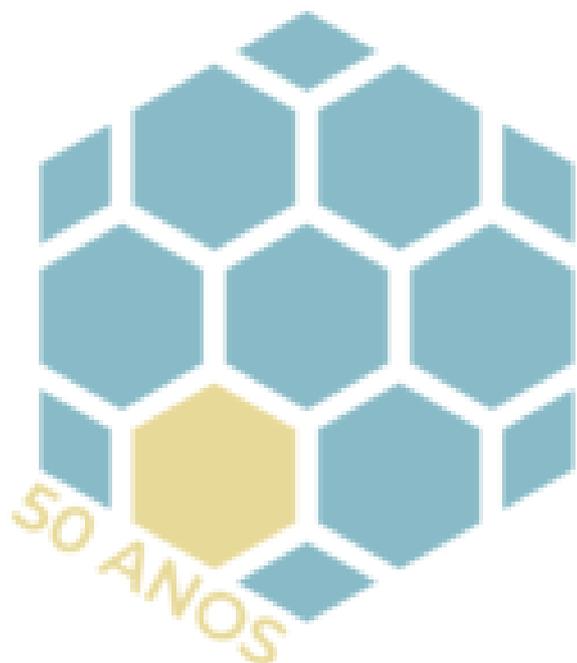
Agora, neste momento, sou aluna de Pilates no nosso Gimnovilla com o excelente professor Francisco, o qual aconselho a toda a gente. Fazer Pilates beneficia a saúde e o bem-estar do corpo e mente.

Como colaboradora vejo a importância dos serviços que prestamos aos nossos clientes (quer a nível do seu bem-estar físico, mental e social contribuindo para a sua autodeterminação) apoiando projetos de vida.

Creio que, de uma maneira ou de outra, todos podemos contribuir para uma sociedade mais justa e livre de preconceitos. Por isso é excelente que desde a Creche até aos “menos novos” todos convivam com a deficiência. Pois será desta maneira que, quem sabe, num futuro próximo a deficiência seja encarada com naturalidade...

Só estou como colaboradora há 11 anos (a contar com o CEI+), por isso não posso falar nos 50 anos da APPC... Mas posso falar no futuro! Quero fazer parte desta equipa com um Serviço de Excelência, contribuindo sempre mais e melhor para todos.

Espero, daqui a muitos anos, falar do tempo que aqui estive. E quando chegar a reforma (daqui a muitos e bons anos!), com saúde para tal, venha a frequentar o Centro Comunitário para contar histórias como os Seniores gostam de fazer: “No meu Tempo...”



Uma casa feliz!

por: Marinha Ramos

*Esta é uma casa feliz,
Que foi feita de raiz,
Para jovens especiais,
Para isso lutaram os pais.*

*Nossos filhos estão bem
E muito felizes também,
Nós pais agradecemos,
Aos que cá trabalham e bem.*

*Casa de muito valor,
Os jovens são bem tratados,
Os pais estão descansados,
Porque existe muito amor.*

*Deus dê paz a um anjo lindo,
Que lutou com muito empenho,
E esta casa foi construindo,
Que Deus em bom lugar o tenha*



A União Europeia foi a votos

por: António Magalhães

A União Europeia mais uma vez elegeu os seus deputados para o Parlamento Europeu. Partidos individuais ou em coligação disputaram os 705 lugares do parlamento e vão representar os 400 milhões de eleitores (nestes próximos cinco anos). Este espaço, que existe desde 19 de março de 1958, começou com o objetivo de pôr termo aos conflitos frequentes e sangrentos que culminaram na Segunda Guerra Mundial. A primeira reunião da Assembleia Parlamentar Europeia, antecessora do Parlamento Europeu de hoje, realizou-se em Estrasburgo, França, com o Presidente eleito Robert Schuman. Substitui a Assembleia Comum da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e alterou o nome para Parlamento Europeu em março de 1962.

Na altura esta organização começou por ter seis países membros, sendo nomeada a então CEE. A partir daí este projeto foi-se desenvolvendo aos seus mais diversos níveis. Os fundadores desta organização foram a Alemanha, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Bélgica. Desde então, outros países foram-se juntando a este grande projeto, entre eles Portugal em 1986, que também teve um presidente desta organização, Durão Barroso. Hoje a União Europeia tem 27 países membros. O projeto inicial em que a circulação de pessoas, bens e serviços estavam no âmbito do então projeto.

É óbvio que a então CEE, hoje União Europeia foi-se adaptando a outro tipo de necessidades, nomeadamente apoiando os países mais débeis em termos monetários. As verbas astronómicas que têm apoiado os mais diversos membros têm permitido um desenvolvimento aos seus mais diversos níveis, como sociais, económicos e até políticos. Isto não quer dizer que todos as verbas dadas aos diversos países fossem bem aproveitadas... No meio de tanto dinheiro houve (e continua a haver, infelizmente) aproveitamentos tanto de estruturas como de pessoas (das referidas verbas). Quem as controla ou devia controlar torna-se um enigma, já que os próprios governos nem sempre (e longe disso!) fazem uma gestão adequada das referidas verbas.

Por isso estas eleições, mais uma vez, tiveram uma importância muito relevante - já que interferem com o desenvolvimento, a vários níveis, não só de todos os países membros, como também dos seus concidadãos.

Lamenta-se que a participação das Eleições Europeias /nomeadamente em Portugal) tenham níveis de participação tão baixos. Será que as populações estão suficientemente a par de um projeto que direta ou indiretamente lhe dizem respeito? Eu afirmo que não.

A culpa é dos políticos que não têm sido claros com as diversas populações sobre um projeto tão ambicioso como este que é a União Europeia.

Estas eleições, sobretudo em Portugal, foram mais participativas e isso deveu-se obviamente ao tipo de discurso dos nossos políticos aos mais diversos níveis. Fomos o quinto país onde a taxa de participação aumentou...



A União Europeia foi a votos

Só podemos ter melhores países e uma melhor Europa se todos contribuirmos para isso. A vida de cada um de nós dá forma a um conjunto de objetivos onde, neste caso, o desenvolvimento positivo de cada país será a força de uma União Europeia que o seu presente bem construído será, com certeza, cada vez mais o futuro que cada um deseja.

Tenho paralisia cerebral desde que nasci. Um dos assuntos que me cria muita perplexidade é a política da União Europeia em relação à deficiência. Antes do alargamento existiriam, se não me engano, 50 milhões de pessoas com as mais diversas deficiências! Com o último alargamento da União Europeia, quantos existem atualmente?

Qual é a política em relação a uma problemática que diz respeito a todos os seus membros nos mais diversos domínios?

E que papel têm tido os deputados de todos os países do Parlamento Europeu em relação a esta problemática?

Que presente e que futuro os cidadãos com deficiência vão ter? Gostaria de ter respostas concretas numa União Europeia que, até à data, no meu entender, não tem dado respostas muito adequadas às necessidades destes (pelo menos!) 50 milhões de pessoas.



Liberdade, empregabilidade e deficiência

Por: Joana Carneiro

Segundo a Constituição da República Portuguesa, qualquer empresa no exercício da sua função deve reunir todos os recursos necessários e indispensáveis, à integração e sobrevivência das pessoas com deficiência e incapacidade no mercado de trabalho. Recursos esses que envolvem a adaptação e inclusividade dos espaços físicos, apoios e técnicas disponíveis (informação, avaliação e orientação para a qualificação e emprego, auxílio na colocação e acompanhamento no decorrer da atividade laboral das pessoas com deficiência ou incapacidade).

Contudo ainda existe um longo, árduo e talvez infinito caminho a percorrer relativamente aos cidadãos com mobilidade reduzida, no que diz respeito, à sua plena igualdade de trabalho enquanto cidadãos comuns.

É absolutamente indiscutível a falta de respeito, consideração, inconsciência e incumprimento das leis impostas pelo governo, na reintegração das pessoas com deficiência e incapacidade nos postos de trabalho, a simultânea e absurda despreocupação dos mesmos e das entidades empregadoras, na resolução das lacunas existentes relacionadas com o assunto.

Desta forma, com toda a legitimidade que me é permitida e disponibilizada pela democracia, afirmo com uma inexplicável indignação, a discriminação sentida e vivida pelas pessoas com deficiência, no seio da sociedade e no mundo da empregabilidade, repleto de dogmas, crenças, estereótipos e preconceitos, voltados para pessoas cujas histórias de vida estão marcadas pelas fragilidades físicas, mas que possuem um desejo comum ao resto da humanidade, o de apenas trabalhar!

De acordo com uma lei que entrou em vigor há mais de 2 anos, todas as organizações públicas e privadas de média e de grande dimensão, têm o dever de contratar entre 1% a 2% de pessoas portadoras de mobilidade reduzida, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, que irão fazer parte da equipa e de dinâmicas organizacionais específicas. Porém, muitas empresas só o fazem para cumprir o que foi estabelecido pela Constituição da República Portuguesa. A maioria dos profissionais contratados, ainda se deparam e são obrigados a lidar com inúmeros obstáculos no seu ambiente organizacional: Salários desiguais, ausência de plano de carreira, falta de acessibilidade nas instalações (rampas, casas de banho adaptadas para cadeiras de rodas...) rejeição, isolamento por parte dos colegas, privação quanto à possibilidade de promoção e no caso de pessoas invisuais, descaram o uso de sinais sonoros e instruções em braille. Tendo em conta o cenário de dificuldades, torna-se fundamental o treinamento, formação e especialização, dos seus colegas de equipa, de forma a facilitar e criar condições que promovam o seu grau de empenho e de produtividade dentro das organizações



A discriminação e a desigualdade na deficiência são problemas que não se fazem sentir unicamente em território nacional, mas um pouco por todo o mundo.

A inserção de funcionários com deficiência, faz com que as empresas usufruam de determinados benefícios, que as ajudam não só na construção de novas vantagens competitivas, mas também, na desmistificação de ideias pré-concebidas, relativamente ao potencial dos profissionais em questão. É importante eliminar as perceções negativas sobre o grau de capacidade e inteligência das pessoas com deficiência. Fomentar a partilha de vivências, opiniões, formações e aprendizagens diferentes sobre os mesmos. E promover medidas e iniciativas de integração e igualdade tais como: apoio à qualificação (ações de formação inicial, para quem pretende ingressar ou manter-se no mercado de trabalho e não dispõe de certificação adequada), auxílio na tomada de decisões vocacionais adequadas, disponibilização de informação, avaliação da funcionalidade e incapacidade e determinação dos meios e apoios indispensáveis ao desenvolvimento do plano pessoal de emprego (informação, avaliação e orientação), ajuda na adaptação dos postos de trabalho, eliminação das barreiras arquitetónicas, apoio monetário às adaptações, aos recursos pedagógicos, didáticos especializados e básicos (documentação em braille, contratação de interpretes de língua gestual portuguesa, despesas de deslocação, alimentação, alojamento e acolhimento) e oferta de estágios de inserção para o exercício de uma atividade profissional, que visa desenvolver competências pessoais e laborais que facilitem o acesso ao emprego.



Construção de novas vantagens competitivas, mas também, na desmistificação de ideias pré-concebidas

Na minha opinião, enquanto pessoa com deficiência e de plena consciência dos obstáculos ultrapassados, nas mais diversas vertentes da vida, a comunicação social deveria disponibilizar mais informação, acerca do quão difícil é para as pessoas com mobilidade reduzida terem um trabalho. De modo a sensibilizar e a consciencializar a sociedade, para a importância da inclusão de pessoas com limitações no mundo da empregabilidade, evidenciando a sua inteligência, criatividade, sentido crítico, motivação e empenho, nos interesses organizacionais.

As pessoas com deficiência ou incapacidade devem continuar a lutar e juntas saírem à rua, reivindicando o acesso ao direito de inclusão no mercado de trabalho, através de protestos e manifestações constantes. Como referi inicialmente, existe um longo, árduo e talvez infinito caminho a percorrer relativamente à integração no trabalho, tornando-se crucial um apelo ao reforço e à mudança de mentalidades, para que possamos viver numa sociedade de plena igualdade no exercício dos seus direitos e deveres.

A democracia e a liberdade completam-se entre si?

António Magalhães

Em 1974, Portugal libertou-se de uma ditadura de 48 anos. A partir daí, ficou para trás um país amordaçado por uma ditadura que nos confinava a um poder político não só ditatorial, mas também, como consequência, nos limitava aos mais diversos níveis, tanto de expressão como também a nível social, económico e obviamente político.

As ditaduras, tanto de direita como de esquerda, tem nas suas genes centralizar tudo nos governos que sustentam este tipo de ditadura.

Não me querendo alargar muito nas diferenças entre ditaduras de direita ou de esquerda, elas, a meu entender, acabam por se cruzar aos seus mais diversos níveis tendo o estado um papel central na orientação política, social e económica de cada país.

Prossupõe-se que a democracia devia ser igual a liberdade. Teoricamente, e para quem não quer fazer uma análise mais profunda, estas duas palavras tão simples e ao mesmo tempo tão complexas deviam-se completar entre si, já que temos conhecimento dos livros escritos pelos teóricos que estas duas palavras tem tudo a ver uma com a outra, contudo na prática mesmo aqueles países que já têm democracias implantadas acabam por ter alguma dificuldade de se completar com estas duas palavras tão simples, mas tão importantes em países que melhor ou pior já foram implantadas “as suas democracias” que nunca estão completas, as mesmas se vão enriquecendo ao longo do tempo. E porquê? Porque, a meu entender, a liberdade de expressão nem sempre se articulou às diferentes democracias implantadas e em construção.

Até que ponto somos livres desde de que nascemos até que a nossa vida termina?

Como o meu tio muitas vezes dizia “a nossa liberdade acaba quando a de outros começa” e assim o cruzamento deste conceito tão simples, mas, ao mesmo tempo, tão complexo para pôr em prática nos faz interrogar sobre a nossa liberdade e a dos outros e o direito de expressão de cada um de nós.

A nossa liberdade ou no coletivo deve ter parâmetros, a meu entender, bem definidos para que o respeito que devemos ter por nós próprios se reflita na relação com os outros, o individual e o coletivo acabam por ser uma extensão dessa mesma liberdade.

Só assim, podemos ter uma satisfação elevada com as diversas democracias e com a nossa liberdade individual e coletiva. É óbvio que por muito que haja países em que a sua liberdade já está bem sedimentada, ela continua sempre em construção para que as democracias sejam mais democratas. Os conhecimentos que a maior parte das pessoas tem no século vinte e um são muito diferentes dos nossos avós e até dos nossos pais e vai ser diferente nos nossos filhos e netos contudo, sendo a democracia um processo sempre em construção e, como consequência, a liberdade de cada um ou no coletivo se vá fazendo todos os dias tendo sempre presente que são processos que nunca estão completos, mas sim em construção.

A democracia e a liberdade devem-se completar entre si tendo em conta a liberdade de cada um e tudo aquilo que condiciona a nossa própria liberdade e consequentemente a democracia. Não é um paradoxo, mas estas duas palavras tão simples de expressar tornam-se tão “complicadas” de pôr em prática.

O antes, o atual e o pós são três tempos que nos obrigam a pensar para que todos possamos ter um melhor presente e construirmos um futuro mais feliz.

Acessibilidades: Vamos incluir todos?

por: Tiago Teixeira

(com a colaboração de: Diogo Sousa)

A inclusão devia ser uma coisa natural e a sociedade, em geral, devia ter a consciência de incluir todos!... E começar nas coisas simples do dia a dia.

(Mas tal, ainda não está ao alcance de todos.)

Exemplificando: paragens de autocarro e transportes públicos mais acessíveis onde qualquer pessoa (não obstante a condição motora) possa aceder de forma livre e independente. Outro aspeto que pode ser difícil para quem se desloca em cadeira de rodas é circular pela cidade do Porto.

Não há um “meio termo” e existem imensos sítios onde não é possível aceder. É imperativo criar algo tão simples como rampas de acesso... Considero ser prioritário, todas as instituições (sejam do setor público ou privado) terem elevadores de transferência que auxiliem de forma a promover um maior bem-estar e a segurança a pessoas com mobilidade reduzida e seus cuidadores.

E quando há essa possibilidade, a burocracia é tanta que inviabiliza o processo...

Há também uma grande carência no acesso aos táxis adaptados. Na cidade do Porto, só há quatro táxis adaptados que têm que ser reservados com três (!!!) meses de antecedência e com valores que não são acessíveis a qualquer bolso (de 300 euros por cada 10 quilómetros, isto em 2024!)

Já viram o que é ter a vida a ser planeada com três meses de antecedência? Ou ter de marcar com 48 horas de antecedência na CP para efetuar uma viagem de comboio? Ninguém devia ter que avisar para viajar de comboio, mas nós temos!

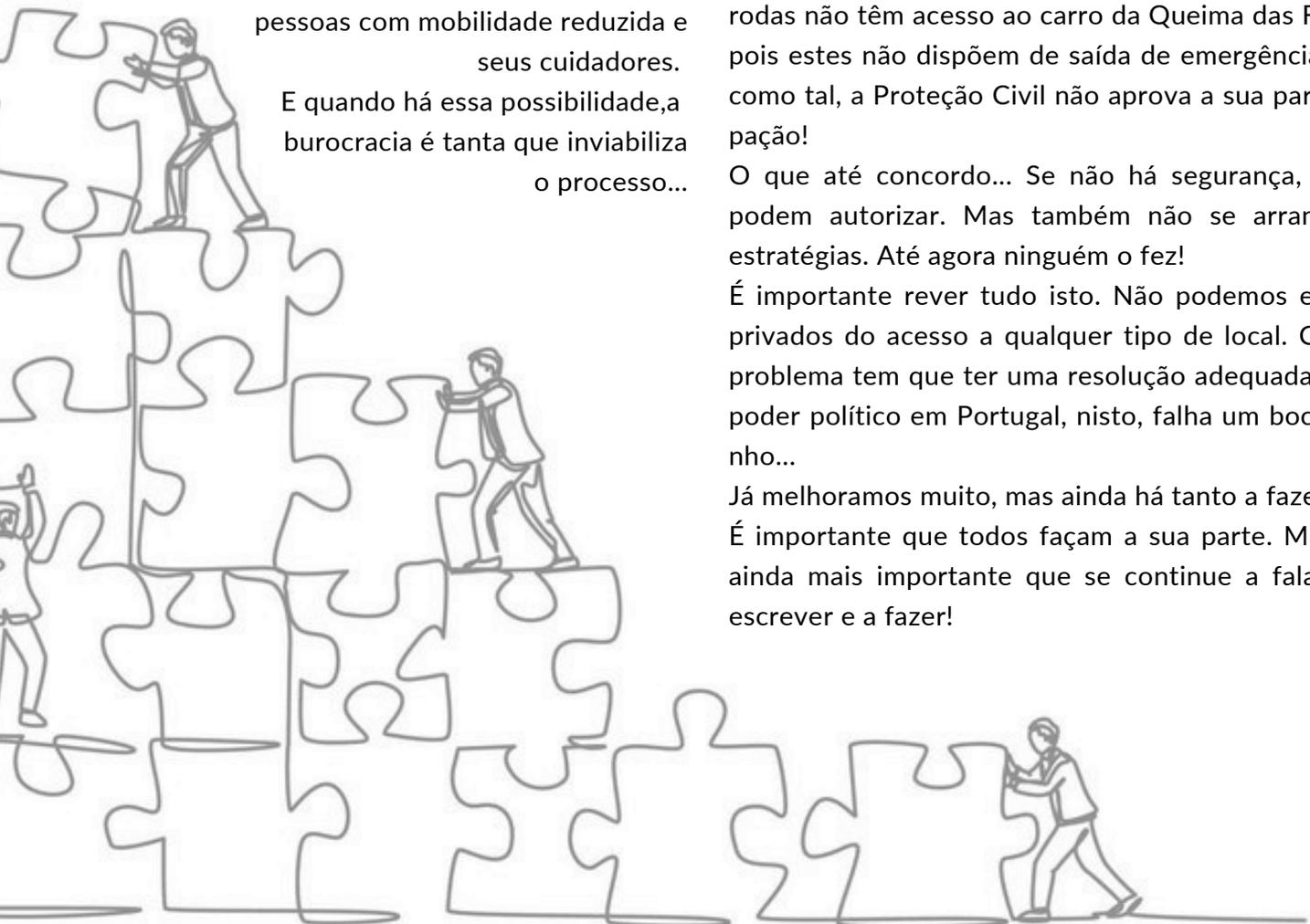
Sabiam que as faculdades não têm casas de banho adaptadas em todos os pisos? Sempre que nos “der vontadinha” ou temos a sorte de estar no piso onde ela é disponibilizada ou temos que fazer uma “tour” até à mesma!

Somos impossibilitados tantas vezes à participação que chega a ser ultrajante e desmotivador. Os estudantes universitários utilizadores de cadeira de rodas não têm acesso ao carro da Queima das Fitas pois estes não dispõem de saída de emergência. E, como tal, a Proteção Civil não aprova a sua participação!

O que até concordo... Se não há segurança, não podem autorizar. Mas também não se arranjam estratégias. Até agora ninguém o fez!

É importante rever tudo isto. Não podemos estar privados do acesso a qualquer tipo de local. Cada problema tem que ter uma resolução adequada e o poder político em Portugal, nisto, falha um bocadinho...

Já melhoramos muito, mas ainda há tanto a fazer! É importante que todos façam a sua parte. Mas é ainda mais importante que se continue a falar, a escrever e a fazer!



Erosão da Costa Portuguesa: um problema ignorado!

por: Orlando Sousa

O Mundo no seu todo está atravessar um problema sério e grave que afeta a nossa geração e as futuras, pondo em causa o desenvolvimento sustentável: são as chamadas alterações climáticas.

As alterações climáticas são causadas por ação do Homem ao emitir gases de efeito de estufa para a atmosfera (principalmente CO₂ proveniente das indústrias, tráfego aéreo e terrestre). No sentido de contrariar esta trajetória “descendente”, os governos devem apostar numa economia que invista em energias mais renováveis. Como exemplo temos o sol, o vento e as ondas. Se os países não tomarem estas medidas, as consequências das alterações climáticas podem ser devastadoras para o planeta. Os gases de efeito de estufa atuam diretamente sobre a Terra, fazendo com que mais raios solares não fiquem retidos na atmosfera, dando-se o aquecimento global. O aquecimento global faz com que os recursos hidrográficos (nomeadamente rios, lagoas e albufeiras) tenham menores quantidade de água. A Organização Internacional das Migrações (OIM) prevê que até 2062 cerca de 200 milhões de espécies desaparecerão devido à escassez de água, e por consequência haverá uma alteração nos ecossistemas. Por outro lado o aquecimento global provoca o descongelamento dos glaciares, aumentando o nível médio do mar. Com este fenómeno de erosão costeira as populações vêem-se obrigadas a deslocar-se para o interior e algumas zonas do litoral ficam desertificadas.

Em Portugal assistiu-se (desde 1975 até 2000) a um crescimento mais acentuado. E a partir de 2000 esse aumento das temperaturas foi acompanhado por uma diminuição da precipitação... e muito intensa. Esta característica climática aumenta o risco de inundações e, por consequência, a perda da faixa costeira. Por outro lado os verões são mais quentes, havendo alguma escassez de água.

Uma outra consequência das alterações climáticas no nosso país é a subida do nível do mar, que tem implicações negativas. Com essa repentina subida do nível do mar, as inundações serão mais intensas e frequentes, o que provocará a erosão de arribas e praias. Um estudo recentemente revelou que a subida média do nível do mar é responsável por 10 a 25% da erosão sentida nos últimos 25 a 50 anos na faixa costeira portuguesa, como é o caso de Espinho, Cabo Mondego e Algarve. Neste cenário apocalíptico para o nosso país impõe-se a seguinte pergunta: Portugal terá condições para enfrentar as alterações climáticas?

Portugal terá mais condições como os países desenvolvidos comparativamente do que países do terceiro mundo. Atualmente os países, perante às alterações climáticas, devem dar uma resposta de adaptação. Ou seja, os países têm que se ajustar ao clima. Neste sentido, os governos podem deslocar as populações para o interior, elevar as habitações ou proceder à construção de diques. Um dos casos mais preocupantes é o da Figueira da Foz, que atualmente possui uma barra estabilizada com molhes longos, protuberantes para o mar, que interrompem a deriva litoral. Com efeito, verifica-se uma grande acumulação de areias e uma grande erosão, que coloca edificações em perigo sendo que algumas chegam mesmo a ser destruídas (tendo levado já à implantação de obras pesadas de proteção costeira).

A operacionalidade dentro do Porto da Figueira da Foz, no que respeita à movimentação de navios mercantes, tem estado condicionada devido aos constrangimentos existentes no acesso marítimo, devido ao assoreamento do canal 42 de acesso, com repercussões sobre as condições de navegação, e à intranquilidade dos navios quando atracados no porto de abrigo e aos cais comerciais. Deve-se isto à forte agitação marítima que se faz sentir no porto interior. Verifica-se uma enorme erosão e sedimentação em ambos os lados Sul e Norte do molhe da Figueira da Foz. Os efeitos e repercussões da alteração do Molhe Norte da saída da barra têm-se manifestado, também à saída da barra, com sérios incidentes alguns dos quais com consequência mortais derivadas de naufrágios de embarcações no local.



Um dos municípios do litoral português que exigem mais cuidados por parte das autoridades por causa da erosão do mar é o de Almada, mais precisamente entre as praias de S. João e da Costa da Caparica. Esta faixa costeira tem sentido graves problemas de avanço do mar, especialmente desde 2006, chegando a ocorrer inundações no parque de campismo e destruição de bares da praia. Refere-se que a 9 de dezembro de 2006 as vagas da preia-mar desfizeram mais de 10 metros de dunas na Costa da Caparica. Mais recentemente, em janeiro e fevereiro de 2014, a passagem pela costa ocidental portuguesa das tempestades Hércules e Stephanie originaram valores muito elevados de ondulação marítima (na Costa da Caparica a altura das ondas situou-se entre os 7 e 9 metros), forte precipitação e ventos intensos, com rajadas fortes, causando prejuízos difíceis de contabilizar.

Estas situações implicam a intervenção das autoridades no sentido de reforçar dos esporões e de uma série de enchimento artificiais de areia. As tempestades são uma constante, com ventos fortes e chuvas intensas.

Como vimos, a erosão costeira é um problema muito sério e grave em Portugal, devido às alterações climáticas. Já perdemos o equivalente a 1.313 campo de futebol em 62 anos. Na última década o agravamento das taxas de erosão foi de um terço entre a Costa Nova (Ílhavo) e Mira, duas vezes entre Castelo do Neiva e Esposende, Ofir (Esposende) e Estela (Póvoa de Varzim), Cortegaça e Furadouro e a sul do Torrão do Lameiro (Ovar) e, pior, três vezes entre Cova-Gala e Lavos (Figueira da Foz).

No caso do nosso país é necessário o impedimento de novas construções e a produção de diques para evitar a destruição provocada pelo avanço de mar.

Óscar Ferreira, especialista em erosão marítima, afirmou ao Diário de Notícias que “Há situações em que nós nos colocamos em locais errados, por isso, além da realimentação artificial [...], teremos mesmo de, em alguns locais onde possa ser justificável, fazer algum reordenamento e alguma relocalização na zona costeira”. Sairá mais barato ao governo construir barreiras artificiais com areias do que deslocar habitações. Neste sentido, só em 2015, o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território (chefiado por João Pedro Matos Fernandes) fez o relatório defendendo essa medida.

A União Europeia já trabalha nesta matéria desde 2002... Podemos deduzir que o Estado português “acordou” tarde para este problema. Por outro lado, durante a campanha e a pré-campanha para Legislativas de 2024 não vimos nenhum partido (da direita à esquerda) a debater a erosão da costa portuguesa...

Preocupante... Tudo!

Ficha Técnica:

Data de publicação: **julho de 2024**

Edição e conteúdos: **Clientes das Unidades Residenciais da Associação do Porto de Paralisia Cerebral**

Coordenação: **Raquel Pinto**

Dialogistas deste número: **Abílio Cunha, António Gaspar, António Magalhães, Diogo Sousa, Isabel Vigário, Joana Carneiro, Marinha Ramos, Orlando Sousa, Patrícia Vitorino, Rui Reinho, Sara Gonçalves e Tiago Teixeira**

Contacto: **odialogista@appc.pt**

“Recomeça...
Se puderes
Sem angústia
E sem pressa.
E os passos que deres,
Nesse caminho duro
Do futuro
Dá-os em liberdade.
Enquanto não alcances
Não descanses.
De nenhum fruto queiras só metade.”

Miguel Torga

APPC 
associação do porto
de paralisia cerebral

